

PSICANÁLISE E LÍNGUA JAPONESA: INTERFACES ENTRE SUJEITO, LINGUAGEM E DESEJO¹

PSYCHOANALYSIS AND JAPANESE LANGUAGE: INTERFACES AMONG SUBJECT, LANGUAGE AND DESIR

Renan Kenji Sales Hayashi²

Resumo: O presente estudo analisa as relações entre língua-cultura japonesa e representações de si e do outro em um contexto de formação de professores de japonês como língua estrangeira. Conduzimos, por meio de entrevistas e questionários escritos, uma investigação com participantes que frequentaram um curso de licenciatura em língua japonesa de uma universidade pública no Distrito Federal. Objetivamos entender de que maneira representações de línguas-culturas poderiam refletir nas noções de identidade dos participantes, bem como em suas representações do que é ser um professor de japonês. Para tanto, mobilizamos aspectos teóricos da linguística, psicanálise e estudos culturais. Neste artigo, analisamos o caso singular de um dos participantes da pesquisa.

Palavras-chave: Língua Japonesa; Psicanálise; Identidade; Representações; Alteridade.

Abstract: This study analyzes the relationships between Japanese language-culture and representations of oneself and the other in a context of training teachers of Japanese as a foreign language. We conducted, through interviews and written questionnaires, an investigation with participants who attended a Japanese language course at a public university in the capital of Brazil. We aimed to understand how representations of

1 Este manuscrito baseia-se na Tese de Doutorado do autor defendida pelo Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da Unicamp (HAYASHI, 2020), sob orientação da Profa. Dra. Maria José Coracini.

2 Professor Adjunto (DELEM/UFPR); renanhayashi@ufpr.br; <https://orcid.org/0000-0001-8602-8765>.

language-cultures could reflect on the participants' notions of identity, as well as on their representations of what it is to be a Japanese teacher. To do so, we mobilize theoretical aspects of linguistics, psychoanalysis and cultural studies. In this article, we analyze the unique case of one of the research participants.

Keywords: Japanese Language; Psychoanalysis; Identity; Representations; Alterity.

1. Introdução

Cultura japonesa e psicanálise. Que tipo de possível relação existe entre esses campos do saber? Melhor ainda, haveria algum tipo de relação? Em uma primeira investida, parece não haver um ponto de conexão tão evidente, especialmente porque a psicanálise se funda como uma área que nasce no coração da Europa burguesa do século XIX, preocupada principalmente com as histéricas reprimidas da era vitoriana (1838-1901). Com efeito, vê-se em Freud e Breuer ([1893-1895] 2016), por exemplo, uma problematização de corpos femininos que sofriam e se debatiam motivados por um mecanismo de repressão, o qual colocava em cena não somente a dinâmica dos próprios corpos em si, mas, sobretudo, da psiqué humana.

Contudo, apesar da preocupação inicial com o sofrimento feminino burguês, Sigmund Freud (1856-1939) – ao longo de sua extensa obra escrita e de sua clínica – pode elaborar o que se configuraria com um estatuto basilar para a psicanálise e que não dizia respeito somente às histéricas, aos psicóticos e aos neuróticos de seu consultório, mas também a questões que todos os seres humanos dotados de linguagem e aparelho psíquico apresentam: as demandas imanentes sobre sexualidade. Freud pode compreender como a organização familiar, as dinâmicas pessoais, os processos de identificação e as formas de assimilação cultural perpassam pelas complexidades inerentes da sexualidade e do desejo humanos. Anos mais tarde, Jacques Lacan (1901-1981), em seu projeto de retorno à obra de Freud, se apropria dessas complexidades e as eleva à última potência. Voltaremos ao Lacan mais tarde.

Por ora, retornaremos à pergunta feita no início, sobre a relação entre cultura japonesa e psicanálise. Pode-se dizer que essa interlocução tenha sido explorada de maneiras diversas ao longo dos séculos XX e XXI, após um certo alcance mundial da psicanálise, sobretudo, no período que sucedeu a Segunda Guerra Mundial. Foucault ([1978] 2010), em sua conferência intitulada *Sexualidade e Poder*, feita na Universidade de Tóquio, por ocasião do convite do Professor Watanabe, aborda tangencialmente a construção do pensamento freudiano, detendo-se em uma comparação explícita entre a formulação epistemológica ocidental e a oriental. Essa conferência indicou não somente o interesse dos japoneses em melhor entender o percurso de Freud ao forjar as bases da psicanálise em décadas anteriores, mas, também, aponta para a inserção – direta ou indireta – das culturas (ditas) orientais na complexa conta que coloca a sexualidade e as formas de poder como multiplicadores dos processos subjetivos humanos.

O próprio Lacan ([1971] 2009), no *Seminário XVIII – De um discurso que não fosse semblante* – já entretetece um percurso com o qual coloca em voga como a escrita chinesa com ideogramas pode indicar – na visada lacaniana – o funcionamento do discurso do analista, propondo o significante do falo como o organizador central daquilo que o autor chamou de “condição de verdade” (LACAN, [1971] 2009, p. 63), em sua aula organizada sob a inscrição *O escrito e a verdade*. Todavia, apesar dessas incursões de Foucault (1978) e Lacan (1971), o estudioso que soube articular de maneira mais sistemática a cultura japonesa e a psicanálise freudo-lacaniana foi Ian Parker (2020), traçando um estudo que analisa desde as matrizes religiosas sincréticas na formação do pensamento japonês, até um estudo mais abrangente sobre o imaginário sociocultural que circunda o Japão, a partir da inscrição falaciosa de um “país com uma cultura homogênea” (PARKER, 2020).

Parker (2020) deixa patente em seu estudo que, a despeito das inerentes diferenças traçáveis entre a psicanálise que se funda no coração da Europa e aquela que respinga no arquipélago japonês, o sujeito que se estabelece no mundo é irremediavelmente atravessado pelos dois elementos que fundam a psicanálise como campo do saber: o inconsciente e a relação muito singular com a linguagem. Posto que são sujeitos dotados de linguagem, os japoneses se subscrevem à lógica psicanalítica pela irremediável noção centrada no significante. É bem verdade que muitas ressalvas precisam ser feitas. Contudo, estudos como o de Parker (2020) e o de Nakagawa (2008), só para citar alguns, evidenciam essa possibilidade de inscrever a cultura japonesa na ótica – nem sempre pacífica – da psicanálise freudo-lacaniana.

À vista disso, é a partir desse filamento epistemológico – ainda pouco explorado – que circunscreveremos o presente artigo. Não que nosso assunto seja a leitura que a psicanálise faz da cultura japonesa. Entretanto, a discussão que ora cotejamos perpassa a referida temática precisamente porque ensinamos articular um estudo sobre o ensino-aprendizagem de japonês e a relação muito particular que o sujeito desenvolve com essa língua(gem). Com efeito, para investir nesse estudo, enxergamos na psicanálise um caminho de problematização que lança luz sobre processos que, no plano mais concreto e consciente, escapam às formas mais usuais de tentativa de elucidação. Razão pela qual é sob o timão do inconsciente – ou da linguagem que implica o inconsciente – é que delimitamos esse manuscrito.

Em nossa leitura, as relações que um sujeito entretetece com a língua japonesa – esta aprendida com língua estrangeira – diz respeito não somente a uma tentativa de assimilação dos sistemas de escrita e de representação das coisas do mundo. Ao nosso ver, aquele que se lança na empreitada de aprender japonês – para muitos uma língua realmente diferente da sua língua materna, estando muito alhures de seu local de morada – põe em cena não somente uma volição por entender a língua dos animês, mangás e *doramas*. O que se coloca em rota é uma relação muito particular do sujeito com a língua do outro, a partir de um destacado efeito de alteridade.

Se com Revuz (2001, p. 232), vê-se que “[...] aprender uma língua é sempre, um pouco, tornar-se um outro”, esse processo não é jamais pacífico, porquanto seja

precisamente um dos momentos mais críticos da alteridade nos processos subjetivos do sujeito. A autora ainda acrescenta que “[...] toda tentativa de tentar aprender uma outra língua vem perturbar, questionar, modificar aquilo que está inscrito em nós com as palavras dessa primeira língua” (REVUZ, 2001, p. 215), despertando, pois, um senso de identidade que não se volta simplesmente para a noção que se tem de si, mas, sobretudo, o que é-se a partir da imagem do outro.

Trazendo essa discussão para o âmbito brasileiro, tem-se um bom exemplo nos aprendizes brasileiros que se lançam na empreitada de assimilar o japonês. E essa empreitada deixa marcas subjetivas nos aprendizes, as quais são rastreáveis por mudanças nas formas de agir e de se representar. Tais mudanças não são simples efeitos do outro no sujeito, mas também – e aqui está nossa hipótese para este artigo – algo que há no sujeito que se deixa seduzir por essa língua tão diferente e tão distante, a ponto de produzir perturbações e modificações na língua materna e na subjetividade, imitando gestos, vestimentas e assimilando a língua do outro.

Mizubayashi (2010) chama atenção para o fato de que “[...] imitar é o desejo de se tornar outro, o desejo de se parecer com outros, muitas vezes uma pessoa que admiramos. É imitar e reproduzir os gestos de um ser com quem nos identificamos prontamente³ (MIZUBAYASHI, 2010, p. 35, tradução nossa). Dessa forma, seria a aprendizagem da língua japonesa uma forma de alcançar esse desejo de ser o outro, tornar-se o outro? É tendo essa pergunta como o grande condutor da discussão empreendida neste artigo que desenvolveremos nossa análise. A fim de contextualizar melhor essa questão ampla e complexa, traremos a discussão para o plano do ensino-aprendizagem de japonês no Brasil no contexto investigado em nossa tese de doutoramento (HAYASHI, 2020): o curso de licenciatura em língua japonesa na universidade pública.

Uma das grandes inquietações da pesquisa residia na tentativa de entender o que há na língua japonesa que fascina tanto jovens e adultos a não somente aprender o japonês, mas também desejar tornar-se professor dessa língua. Mesmo pessoas sem quaisquer relações mais evidentes com a língua japonesa – ascendência familiar, moradia prolongada no Japão, etc. – viam no japonês uma possibilidade de não só compreender a língua da terra do sol nascente, como também falar em nome dessa língua como professor dela. Com efeito, na busca por elucidar essa questão, uma vez mais, invertemos a ordem e nos questionamos: o que há latente no sujeito que deseja esse lugar de mestre da língua do outro? Nesse sentido, ao falar de linguagem e desejo – em especial o inconsciente – irremediavelmente nos deparamos com os estatutos da psicanálise freudo-lacaniana e suas proposições sobre o desejo humano e as relações muito particulares entre linguagem, identidade e alteridade.

Deixando essa conta ainda mais robusta, ao ingressarmos no contexto de pesquisa – melhor elucidado na subseção “Notas Metodológicas” deste manuscrito – esbarramos

3 No original em francês: *Imiter, c'est le désir de devenir autre, celui de ressembler à autrui, souvent une personne qu'on admire. C'est mimer et reproduire les gestes d'un être avec qui on s'identifie volontiers* (MIZUBAYASHI, 2010, p. 35)

em um imaginário social sobre a figura do professor de japonês no Brasil. Tal imaginário, embebido de raízes históricas de imigração, apregoa que o professor de japonês deva ser um cidadão japonês ou – na maior parte dos casos – um descendente de japoneses, apresentando o traço familiar ou a proveniência com uma justificativa para o ensino daquela língua e não de outra. Isso não é privilégio somente do japonês, ocorrendo também em outras línguas de imigração (alemão, italiano, polonês) e aquelas menos frequentes no território brasileiro (russo, croata, holandês, etc).

Embora não seja somente no japonês, esse imaginário incide mais sobre este precisamente por conta da larga história existente entre Brasil-Japão (MORIWAKI; NAKATA, 2008). Contrariando esse imaginário, em nosso contexto de pesquisa, a massiva maioria de estudantes de licenciatura era de brasileiros não-descendentes, conforme já havia apontado Hayashi (2015). À vista disso, de que forma explicar a manutenção desse imaginário social a respeito do professor de japonês, devendo ser um japonês ou um descendente, uma vez que a maioria daqueles que buscam a formação de professor da língua é de não-descendentes? Em nossa leitura, para circunscrever melhor essa questão, a psicanálise, sem dúvidas, poderá auxiliar. Dessa forma, com este objetivo, lançamo-nos primeiramente às seções de revisão mais teórica sobre o assunto, seguido das notas metodológicas para, em seguida, apresentarmos nossos resultados de pesquisa.

2. Delineamento teórico

“O desejo pelas línguas estrangeiras, o desejo de aprender, de saber falar uma língua, se alimenta de duas fontes aparentes que, no fundo, não passam de uma só: inveja dos bens e da maneira como gozam os outros” (PRASSE, 1997, p. 72). Prasse (1997) aborda a questão das línguas estrangeiras por um prisma que leva em conta não somente os aspectos mais cognitivos e conscientes. A autora propõe uma leitura sobre a temática articulando duas dimensões que advêm, sobremaneira, da visada mais psicanalítica sobre a relação do sujeito com a linguagem. Essas duas dimensões, como evidenciadas pela citação acima, são o desejo e o gozo. Lidados de maneira mais superficial, estes termos poderiam remeter a definições mais superficiais ou proposições que se ligam ao uso no senso comum. Entretanto, ao nos aprofundarmos nas respectivas acepções, pela psicanálise freudo-lacaniana, veremos que cada um possui um estatuto próprio dentro do vasto campo de problematização do sujeito e de sua singularidade.

De início, destacamos que o desejo de que fala Prasse (1997, p. 72) não é um desejo por alguma coisa, sendo esta coisa um objeto material ou palpável. O estatuto do desejo na psicanálise se marca, sobretudo, pela incompletude, pela falta, pela impossibilidade de se satisfazer facilmente com o encontro com um objeto real e imediato. Safatle (2020) assevera que Lacan, ao elaborar sua proposição para o estatuto do desejo em sua obra, se pautou nos seminários do filósofo Alexandre Kojève. Para Kojève, a verdade do desejo humano se relacionava à uma “revelação de um vazio” (SAFATLE, 2020, p.

16), em que esse vazio se liga a uma certa dose de negatividade das coisas materiais. Dito de outro modo, para Kojève e, mais tarde, para Lacan, o que marca o humano é esse estranho desejo incapaz de se satisfazer com objetos e coisas palpáveis, deixando ineficaz a possibilidade de realização material. Dessa forma, o desejo em Lacan é pura negatividade (SAFATLE, 2017).

À vista disso, se o desejo da psicanálise se estabelece pela negatividade dos objetos empíricos, do que ele se alimentaria? O desejo, pois, se alimenta de outros desejos. Em outras palavras, o desejo *deseja* desejos, sobretudo, o do outro. Valas (2001) explora esse aforismo da psicanálise pontuando que “[...] eu me reconheço a partir de um outro, que serve de suporte para meu desejo; isso quer dizer que eu o tomo como objeto do meu desejo, negando-o como consciência” (VALAS, 2001, p. 15). Com efeito, a criança que almeja ser objeto de amor da mãe; o líder religioso que clama reconhecimento e admiração de seus fiéis; o aprendiz de inglês que anseia o domínio pleno da língua a ponto de se confundir com um cidadão canadense são casos em que lampejos desse desejo, em pura negatividade, mostram seus traços rastreáveis.

Nesse esteio, Lacan propõe que “[...] é mesmo por isso que se inventou o inconsciente – para se perceber que, o desejo do homem, é o desejo do Outro, e que o amor, se aí está uma paixão que pode ser ignorância do desejo, não menos lhe deita toda a sua poja” (LACAN, [1972-1973] 2008, p. 12). Com efeito, uma das principais dificuldades do sujeito é o reconhecimento desse desejo em sua negatividade pura, precisamente porque não se sabe lidar com a dimensão negativa, sem um objeto material, de caráter indeterminado. Como se a proposição do desejo contemplasse também sua recusa à descrição e à nomeação (SAFATLE, 2020, p. 17). Nesse sentido, quando se problematiza a noção de sujeito pelo prisma da psicanálise, faz-se, invariavelmente, pela inscrição *sujeito do desejo*. Esse sujeito, às voltas com suas demandas, se coloca na vida social a partir desse crivo empreendido pela marca do desejo. Se retornamos à citação de Lacan ([1972-1973] 2008, p. 12) sobre “o desejo do homem, é o desejo do Outro” veremos que parte dessa construção é erigida pelo confronto com a alteridade.

O desejo do homem é o desejo do outro, pois é com este outro que aprende-se a desejar. A mãe introduz a linguagem no bebê e, ao fazê-lo, inscreve-o na lógica irremediável do significante, da linguagem e do desejo. O desejo de habitar o desejo da mãe é uma das primeiras marcas que atravessam esse sujeito do desejo. Se a mãe é o outro por excelência da criança, esse outro pode assumir formas diversas ao longo da vida social desse sujeito. O professor, o pai que rejeitou a criança, o psicanalista, entre tantos outros, podem participar dessa dinâmica que assevera a negatividade do desejo por objeto e a tônica do desejo do homem pelo desejo do outro.

Destaca-se, por oportuno, que quando se afirma a negatividade do desejo em Lacan, essa proposição visa não limar as possibilidades das figuras disponíveis ao sujeito de se apresentarem como uma promessa que possa suprir esse desejo. Pelo contrário, “[...] a possibilidade não é apenas mera possibilidade que aparece como ideal irrealizado. Ela é a latência do existente que nos esclarece de onde a existência retira sua

força para se mover” (SAFATLE, 2020, p. 18). Dito de outro modo, é porque o desejo não se realiza facilmente, que o sujeito pode dar-se a desejar de outra forma, outros desejos, e deslocar-se para outras maneiras de posicionar sua subjetividade.

Por limitações de espaço, não se poderá explorar exhaustivamente a proposição do desejo na psicanálise, sobretudo a partir das noções de objeto, falta e pulsão, conceitos tão importantes no edifício freudo-laciano. O que se enseja aqui é destacar a complexidade da dimensão do sujeito do desejo para a psicanálise e que movimentada toda uma economia libidinal e psíquica a partir de imagens que compõem o repertório pessoal e que incluem, como se vê com Prasse (1997), as línguas estrangeiras como elemento decisivo desse sujeito desejante. Contudo, semelhante ao que fez Prasse (1997) ao aproximar desejo e gozo, tendo as línguas estrangeiras como ponto central dessa articulação, a psicanálise tem, mais proeminentemente nos últimos anos, se questionado se, paralelamente ao sujeito do desejo, não estaríamos falando de um sujeito do gozo, especialmente com o aprofundamento das relações do trabalho com a dinâmica capitalista, acompanhado de perto pela força disruptiva do capital e da tecnologia. Há quem se arrisque a questionar se o sujeito do gozo não estaria suplantando o estatuto do sujeito do desejo na pós-modernidade capitalista.

Kehl (2011) problematiza essa questão pontuando que a modernidade trouxe a demanda premente do gozo para o sujeito moderno. Gozo, para psicanálise, não significa o sentido mobilizado no senso comum de prazer sexual ou o êxtase de uma relação corporal. A leitura que mobilizamos neste manuscrito se volta para a problematização que se faz da organização libidinal dos sujeitos pensada a partir de horizontes de socialização e produção. Pensa-se também na economia libidinal das sociedades de consumo, bem como “[...] a inscrição social do desejo no interior das possibilidades imanentes de reprodução da estrutura simbólica” (SAFATLE, 2020, p. 59).

Essa ressalva que enviesa a leitura do gozo psicanalítico para uma ótica mais restrita é necessária por, pelo menos, dois motivos. Em primeiro lugar, o estatuto do gozo em psicanálise – especialmente a laciana – não é simplesmente um conceito, é, pois, um campo, tendo um vastíssimo terreno de teorização e problematização, sofrendo mudanças significativas no pensamento de Lacan ao longo de seus seminários. Por razões de concisão e síntese, optamos por fazer uma revisão mais breve, conquanto rigorosa.

Em segundo lugar, estamos cientes que o ensejo por trabalhar com as formas de gozo preconizadas por Lacan, a saber: gozo fálico, gozo do Outro, mais-de gozar e gozo feminino (LACAN, [1972-1973] 2008), dizem respeito mais propriamente à estrutura clínica da análise. Portanto, é na escuta clínica em situação transferencial que essas articulações mais clássicas do campo do gozo são possíveis e passíveis de elucidação. Evidentemente, como este manuscrito não trata de questões clínicas, priorizaremos o tratamento do gozo dado por Safatle (2020; 2017), Kehl (2011) e Metzger (2017), os quais fazem leituras mais sociais desse elemento do edifício psicanalítico. O próprio Lacan, como nos lembra Safatle (2020), no *Seminário XVI*, já havia colocado o conceito

de gozo na cena mais social e histórica, primordialmente a partir dos acontecimentos em maio de 1968 na França.

É evidente, nesse contexto, como Lacan faz do gozo um conceito fundamental no interior de uma estratégia de crítica social psicanaliticamente orientada. [...] Isso significa que o capitalismo e suas formas de sujeição serão descritos a partir dos impactos que produzem no campo do desejo. [...] Na verdade, o capitalismo será, aos olhos de Lacan, um sistema de “espoliação de gozo”, de integração do gozo à lógica da produção mercantil e seus padrões de conta (SAFATLE, 2020, p. 58).

Com efeito, ainda segundo o Safatle, a incitação e a administração do gozo se caracterizam como a mola propulsora da economia libidinal da sociedade moderna de consumo (SAFATLE, 2020, p. 59). É precisamente por esse prisma de análise que muito se questiona se, com o advento da alta modernidade e do avanço do capitalismo, o sujeito do desejo da psicanálise não estaria perdendo terreno para este sujeito do gozo, cuja tônica principal de existência e de subjetividade se volta quase exclusivamente para o consumo, muitas vezes, desenfreado.

Para Kehl (2011), na díade desejo-gozo, o último parece ter ocupado mais terreno na vida do sujeito moderno, deixando a noção do desejo relegada a um espaço secundarizado. Para a psicanalista, “[...] o império do desejo é aparente: vivemos mesmo é no império do gozo – ‘tudo ao mesmo tempo agora’ –, no qual o desejo, que se realiza no trabalho de simbolização e não na posse das coisas, não tem muito lugar” (KEHL, 2011, p. 82, aspas da autora). Com efeito, ainda que não se possa afirmar com segurança que o terreno do sujeito do desejo fora apropriado pelo sujeito do gozo, é inegável que os efeitos subjetivos do campo do gozo tenham sido agigantados pela estrutura estimulante do capitalismo do século XXI. À vista disso, antigas paisagens que marcavam a experiência humana em sociedade são largamente substituídas por novas formas que, à primeira vista, ilusoriamente se apresentam satisfatórias ao desejo e ao gozo, mas que fracassam precisamente por conta da natureza negativa do desejo e da incompletude inerente dos episódios de gozo. Nesse sentido,

[o] valor do trabalho, por sua vez, vem sendo substituído pelo valor do consumo, do qual o corpo é o suporte privilegiado; e a lógica do consumo enfatiza a linguagem do princípio do prazer. Ou seja, não valem pelo que somos capazes de produzir, mas por conta do que conseguimos consumir e gozar. Isso nos torna cada vez mais dependentes do amor e da aceitação dos outros, aceitação que passa, antes de tudo, pela nossa posição no ranking dos objetos sexualmente valorizados: o “valor de gozo” de cada um. (KEHL, 2011, p. 98, aspas da autora).

Dessa forma, ao retornarmos à citação que abre essa subseção, qual seja, “[o] desejo pelas línguas estrangeiras, o desejo de aprender, de saber falar uma língua, se

alimenta de duas fontes aparentes que, no fundo, não passam de uma só: inveja dos bens e da maneira como gozam os outros” (PRASSE, 1997, p. 72), compreenderemos como as línguas estrangeiras participam, igualmente, da lógica do gozo no sujeito moderno, uma vez que elas podem também participar dessa lógica de consumo, a qual assevera no “valor de gozo” a centralidade da experiência humana. Vê-se, com relativa frequência, como as línguas estrangeiras têm sido veiculadas cada vez mais como uma *mercadoria*. “Aprenda inglês em 12 meses”; “baixe o aplicativo e aprenda japonês onde estiver”; “pague seu curso de francês em vinte e quatro vezes”, dizem eles. Como se as experiências que se vivencia em línguas estrangeiras estivessem cada vez mais no plano do objeto consumível e altamente mercantilizado. Sendo objetos mercantis, as línguas são mobilizadas para movimentar esse valor de gozo que, para o sujeito, se coloca em rota a partir dessa “inveja dos bens e da maneira como gozam os outros” (PRASSE, 1997).

Dito de outra forma, para esse possível sujeito do gozo, as línguas estrangeiras participam da economia libidinal porque introduzem na conta da alteridade novas formas de gozo. Como se o gozo dos bens e o gozo do outro fosse melhor na língua estrangeira do que aquele que se vive na própria língua. Como se aquele que fala a partir da língua-cultura japonesa gozasse diferentemente – e superiormente melhor – de seus bens e de sua singularidade.

Não por acaso que, grande parte dos registros de língua japonesa, exportados do Japão para outros países, tenha um forte lastro que conecte a língua a bens de consumo popularizados eminentemente a partir das décadas de 80/90. Os produtos culturais – animês, mangás, programas de entretenimento –, tecnologia, moda, gastronomia, literatura – entre tantos outros – colocaram a língua japonesa frequentemente atrelada à essa experiência de consumo e, em certas situações, como uma porta de entrada para vivenciar essas experiências de consumo na língua do outro.

É imperioso lembrar que, no caso do Brasil, a conta é muito mais complexa, tendo em vista a longa tradição existente entre Brasil-Japão, marcada, sobretudo, pelas levas migratórias vivenciadas ao longo de todo o século XX (MORIWAKI; NAKATA, 2008). Entretanto, é inegável a ligação não-fortuita feita entre a língua japonesa e toda produção cultural exportada do Japão para muitos países do mundo, colocando em paralelo a língua da terra do sol nascente e seus bens de consumo. Prova disso é a evidência mostrada por Hayashi (2015), em que não raros foram os casos de aprendizes não-descendentes que apontaram como motivação inicial, para estudo da língua japonesa, o gosto pelos produtos culturais do Japão, como animês e mangás.

Nesse esteio, mesmo características que, em uma primeira visada, não teriam apelo ao consumo, tendem a se configurar diferentemente para responderem à essa lógica. As artes marciais e artes tradicionais (dança e cerimônias), por exemplo, que fazem um apelo à tradição japonesa, como um certo resguardo ao que haveria de mais autóctone e tradicional, entram na engrenagem do consumo ao mobilizarem a possibilidade do sujeito se conceber diferente de si ao se subscrever aos ditames desse aspecto mais tradicional e “legítimo”.

Livros de autoajuda que ensinam a [dita] disciplina dos samurais aplicadas ao marketing e vendas; tutoriais nas plataformas digitais que ensinam uma suposta etiqueta e um comedimento das gueixas e mulheres japonesas modernas no trato com alimento e que prometem a redução do manequim sob a inscrição “mulheres japonesas não engordam”, entre tantos outros exemplos, se apresentam como esse contraponto de consumo ao que, em teoria, se resguardaria ao aspecto menos passível de movimentação comercial, mas que entram na lógica pela necessidade de resposta ao imperativo do gozo na modernidade.

À vista disso, a língua japonesa também responde a esse imperativo por possibilitar ao sujeito uma reinvenção de si, atravessada pela ótica do desejo, bem como pelo imperativo do gozo, imprimindo a ilusão de que o “valor do gozo” (KEHL, 2011) do sujeito brasileiro que aprende japonês se incrementa, precisamente por experimentar um gozo outro, gozo singular e absolutamente único, acentuado pelas diferenças evidentes entre as culturas brasileira e japonesa.

Soma-se a esse quadro, uma característica muito singular e facilmente observável, a qual alimenta abundantemente os imaginários sociais sobre os brasileiros e os estrangeiros: o bovarismo brasileiro (KEHL, 2018). Baseado na ambiciosa e sonhadora personagem de Flaubert, o bovarismo se define como “[...] o poder conferido ao homem de conceber-se diferente do que é” (KEHL, 2018, p. 21). Portanto, uma fantasia em ser um outro. E não é isso também que as línguas estrangeiras prometem? Nesse sentido, essa paixão em ser um outro enxerga na aprendizagem da língua do outro um porto de passagem por excelência, em que saber a língua não parece ser o bastante. É preciso mais. Além de saber, é preciso professar essa língua. Em nossos resultados de análise, veremos como os aprendizes buscaram professar o japonês, buscando, notoriamente, o caminho da licenciatura de professor de japonês para tanto.

3. Notas metodológicas

Nosso contexto de pesquisa foi uma universidade pública no Distrito Federal. Empreendemos uma pesquisa com alunos e ex-alunos do curso de licenciatura em língua japonesa. Houve alunos graduandos, graduados e pós-graduados. Foram entrevistados catorze participantes, homens e mulheres de idade entre 20 e 31 anos. As entrevistas foram feitas em 2017, nas dependências da referida universidade. Destaca-se, por oportuno, que todo o processo de pesquisa foi cancelado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Foi o CEP que autorizou a condução da pesquisa e validou eletronicamente os documentos finais. Na ocasião da entrevista, o foco era deixar que os participantes falassem livremente sobre suas relações com a língua-cultura japonesa. Quando começaram a estudar japonês, o porquê do início, quanto tempo estudavam e como analisavam o ensino-aprendizagem de japonês no Brasil foram pontos abordados. Contudo, o ponto principal era fazer com que eles expusessem suas representações sobre o imaginário social que apontamos

no início deste estudo: o professor de japonês precisa ser um cidadão japonês ou um descendente de japoneses. As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas para fins de registro e análise. Por questões éticas, todos os participantes foram orientados a escolher um pseudônimo, ou seja, um nome fictício para poderem utilizar ao longo da pesquisa e preservarem seus nomes próprios, mantendo sigilosa a identidade do participante. Por limitações de espaço, não poderemos apresentar excertos e resultados de análise de todos os envolvidos. Escolhemos, pois, alguns trechos de um deles, *Sagat*. Apresentaremos trechos com resultados de análise que trazem à baila os efeitos de sentido dos dizeres dos participantes, mobilizando fios teóricos da Análise do Discurso (AD) e da psicanálise freudo-lacaniana. Abaixo, um breve perfil do participante mencionado no presente artigo:

Sagat é licenciado em Língua e Literatura Japonesas. Idade: 30 nos. Gênero: masculino. Atua como professor de japonês. Fez intercâmbio e morou no Japão. Brasileiro. Declarou a língua portuguesa como sua língua materna. Não tem ascendência japonesa.

4. Resultados de análise – Participante “Sagat”

Sagat é um lutador fictício do *Street Fighter*, jogo de videogame relativamente popular nos anos de 1990/2000. Neste jogo, havia um conjunto de personagens que apresentavam traços de alguns estereótipos culturais mais recorrentes: o veterano de guerra estadunidense, o ninja japonês, o boxeador jamaicano, entre outros. No caso de Sagat, sua origem tailandesa atribuída e sua especialidade em Muay Thai (arte marcial) representam um determinado estereótipo em relação aos países do sudeste asiático, especialmente no que tange à descrição desses povos como exóticos e diferentes. Pensando especificamente no personagem, sua caracterização visual é feita por meio de uma força descomunal e uma altura desproporcional, aparentando um certo gigantismo anômalo em relação aos demais lutadores.

No que diz respeito ao participante de nossa pesquisa, é digno de nota que a ideia de se representar com o mesmo nome de um personagem de algum jogo eletrônico, animação ou revista em quadrinhos não é inédita. Ocorre, com relativa frequência, que pessoas que estudem a língua-cultura japonesa, ao se verem em situações de identificação social não-formal – comunidades virtuais de jogos, torneios, páginas pessoais em redes sociais – optem por fazê-lo utilizando o nome de personagens advindos de produtos culturais japoneses, como foi o caso de Sagat.

Quando questionado sobre essa escolha, o participante se limitou a dizer que se tratava de um personagem de que gostava muito. Contudo, semelhante a outros casos apresentados em Hayashi (2020), a escolha do pseudônimo, quando contrastada com o fio do discurso do participante, revela horizontes de análise que colocam o nome escolhido como um elemento significativo na equação do gesto de interpretação. Sagat,

em seu dizer, recorda de um momento de destaque em sua trajetória de aprendizagem da língua japonesa.

Recorte 01: Sagat: posso falar das coisas que eu conquistei/porque isso diria quem eu sou/é porque eu já ganhei um concurso de oratória/em são paulo/eu ganhei o nacional/e era um concurso de oratória em japonês/ era um discurso de uns três minutos/mas ou menos/em japonês/eu ganhei a etapa brasileiro/e eu ganhei a etapa nacional/e quando eu ganhei a etapa nacional/eu não acreditei que eu ganhei/ que/eu:::/poxa/primeiro que eu não sou muito de/de/de achar que eu ganho as coisas [risos]/segundo porque:::/eu achei que tinha gente muito melhor que eu/só que depois me explicaram os critérios/e eu era EXATAMENTE o critério que eles queriam/de seleção/que era história da própria vivência/ histórias que fossem interessantes/histórias que fossem engraçadas/ pessoas que conseguissem interagir/e:::/num sei assim/mesmo eu não sendo descendente/mesmo/num tendo muito/o que fazer no começo/ eu continuei estudando/ e eu fui a melhor pessoa do brasil em uma coisa/naquela área/e eu acho que isso nunca vão me tirar/e eu trouxe o troféu para brásilia/foi bonita a história/.

Não é de modo eventual que Sagat dá destaque a um momento de oratória em japonês. Em primeiro lugar, porque no contexto de ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras – e o japonês não está fora – a habilidade de fala parece ser o termômetro que evidencia a aprendizagem ou não de determinada língua-cultura. Tanto que, no português do Brasil, é comum perguntar a uma pessoa se ela “fala francês”, se o pai “fala japonês” ou, se morando no país, a pessoa aprendeu a “falar a língua croata”. Em segundo lugar, a fala em língua estrangeira é o momento de mostrar ao outro a presença dele no sujeito. Para Revuz (2001, p. 220), “falar é sempre navegar à procura de si mesmo com risco de ver sua palavra capturada pelo discurso do Outro ou pelos estereótipos sociais”.

A fala de Sagat em japonês encontra eco no outro ao obter deste uma chancela de sua aprendizagem. Ao narrar as conquistas em dois momentos – brasileiro e nacional – o participante parece ter se arriscado duplamente na navegação para obter a captura do outro, narrando-se como o herói exitoso. Não por acaso, vemos em seu dizer a alta densidade de palavras que remontam a uma metáfora de batalha/disputa: */conquistei/ganhei um concurso/ganhei a etapa brasileiro/ganhei a etapa nacional/ não acreditei que eu ganhei/*. Igualmente não ao acaso, vê-se que, na batalha que trava em busca de si no outro, Sagat se ficcionaliza como aquele que legitimamente faz frente ao desejo do outro, mostrando-se */EXATAMENTE/* como aquilo que ele imagina ser esperado dele. Tanto que repete sete vezes o significante ‘ganhar’, como aquele que, semelhante ao personagem Sagat do videogame, entra em cena para vencer.

E ao imaginar-se como a resposta exata ao desejo do outro, Sagat dá risos gozosos ao ver-se inscrito na língua-cultura que desejava não só aprender, mas tornar-se professor. Robin (2016, p. 19) salienta que em [nossa] escritura de ficção, recorremos à colagem, à montagem, à composição, a tudo o que pode dar indícios

sobre o tempo em que vivemos, bem como a tudo o que possa permite reconfigurar nossa temporalidade. Sagat, em sua escritura ficcional, se coloca, semelhante ao personagem do videogame, como o gigante que é */a melhor pessoa do brasil em uma coisa/*. Contudo, para saber-se melhor em algo, é preciso sempre obter o olhar do outro chancelando tais conquistas. Na colagem dos fatos, o participante representa o outro no mesmo nível de embate:

Recorte 02: Sagat: /foi o momento de mais nervosismo da minha vida/porque era uma banca de japoneses/me avaliando/eram as melhores pessoas do brasil//EU/naquele concurso/e:::/tinha coisas muito interessantes/nunca vou esquecer/.

No confronto com a língua-cultura, mesmo não sendo descendente, mesmo sem clareza sobre o que fazer – */num tendo muito/o que fazer no começo/* – Sagat acredita sair vitorioso, trazendo o troféu (Recorte 01). O que se vê em cena é um esforço por parte do sujeito de fazer-se inscrito e falado pela e na língua-cultura japonesa. A língua que toca o desejo, um desejo muito ancorado em uma realidade que se estrutura pela alteridade. O outro estrangeiro exhibe em sua língua uma possibilidade de gozo outro, um gozo melhor (PRASSE, 1997). À vista disso, para experienciar essa forma outra de gozo, o sujeito se inscreve em uma lógica de, paulatinamente, tornar-se um igual-diferente, na medida em que aprender uma língua estrangeira é sempre, um pouco, tornar-se um outro (REVUZ, 2001). E, nesse processo de alteridade/outridade, os conflitos são inevitáveis, em especial com as representações que se têm a respeito de si em sua [dita] língua materna. Cada pessoa vive sua vida em determinada língua; suas experiências, em função disso, são vividas, absorvidas e lembradas nessa língua (SAID, 2007, p. 14).

Contudo, a língua estrangeira vem para reconduzir as vivências das línguas maternas e reposiciona-las alhures; afinal, ser falante de português do Brasil e aprender a língua japonesa é, seguramente, estar em pelo menos dois lugares e, a um só tempo, estar em lugar algum, habitando dois espaços de línguas-culturas, portanto, dois espaços de desejo e gozo. Se estivemos até aqui explicitando a narrativa de Sagat, não foi para fazer estudo de caso, uma vez que nos distanciamos desse tipo de proposta de análise no presente artigo. O que mobilizamos por meio do fio de discurso do participante é uma recorrência patente entre os aprendizes brasileiros de língua japonesa. Esta recorrência diz respeito aos lugares contíguos que os sujeitos se colocam dentro da cena da alteridade. E na busca desejante de habitar o espaço do outro, dominar a língua-cultura dele e gozar como ele, seguimos com a representação de que “[q]uanto melhor se fala uma língua, mais se desenvolve o sentimento de pertencer à cultura, à comunidade de acolhida, e mais se experimenta um sentimento de deslocamento em relação à comunidade de origem”. (REVUZ, 2001, p. 227).

Alinhavo final

Ao retomarmos à pergunta exposta na introdução deste artigo – seria a aprendizagem da língua japonesa uma forma de alcançar esse desejo de ser o outro, tornar-se o outro? – veremos, a partir dos resultados de análise expostos anteriormente como a língua japonesa participa singularmente como um elemento central na relação do sujeito com a alteridade. Com o participante Sagat foi possível entrever como os efeitos de sentido de seus dizeres apontavam para a implicação da ordem do desejo e do gozo no ensino-aprendizagem de japonês. Sagat, em sua representação de si como alguém que fala e é falado pela língua japonesa, obteve a chancela do outro-japonês como aquele que não apenas se arriscou à deriva da língua do outro, mas encontrou porto de passagem e ancoragem sendo “exatamente” aquilo que se esperava de alguém que se desloca de uma língua à outra. A partir da análise da fala de Sagat fica patente como o desejo pela língua japonesa também é um desejo de gozar como goza o japonês em sua língua-cultura. Entretanto, esse gozo do outro não pressupõe um apagamento total de si, visto que este seria da ordem do impossível. O que se evidencia em Sagat é a ocupação contígua de espaços nas línguas-culturas. Sagat habita o espaço do outro e seu próprio espaço. Habita o português e o japonês. Habita o entre-lugares do Português-Japonês.

Dito de outro modo, entendemos que sim, a aprendizagem da língua japonesa é uma forma de alcançar o desejo em ser um outro e gozar como ele. Entretanto, uma consequência imediata desse alcance é um sujeito que se representa sempre em um espaço intermediário que cinge lugares e línguas-culturas diferentes. Essa representação nesse espaço contíguo, este entre-lugares, possibilita que as representações de si e do outro sejam sempre plurais e únicas; diversas e singulares; lineares e contraditórias. Enfim, ricas em matéria subjetiva a ponto de dignificarem uma investigação como a que empreendemos aqui. Para melhor compreender seus efeitos no sujeito, há que se buscar apreender qual força faz mover a engrenagem dessa matéria rica. Para nós, essa força é o desejo e o imperativo do gozo. Aqui e alhures. No Brasil e no Japão.

Referências

- DERRIDA, Jacques. *Le monolinguisme de l'autre ou la prothèse d'origine*. Paris: Galilée, 1996.
- FOUCAULT, M. Sexualidade e poder. Conferência na Universidade de Tóquio, 1978. In: FOUCAULT, M. Ditos e escritos. Vol. V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 56-76, 2010.
- FREUD, Sigmund; BREUER, Josef. (1893-1895). **Obras completas**, volume 2: Estudos sobre a histeria. Tradução de Laura Barreto e Revisão da Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- HAYASHI, Renan Kenji Sales. **Não existe material ideal, né?: crenças, experiências e ações**

- de aprendizes e professores sobre o material didático de língua japonesa (como LE) na universidade.** 2015. 250 f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- HAYASHI, Renan Kenji Sales. **Sob(re) o desejo pela língua-cultura japonesa: o gozo do entre-lugares.** 2020. 300 f. Tese (Doutorado em Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas., Campinas, 2020.
- KEHL, Maria Rita. **Bovarismo brasileiro.** São Paulo: Boitempo, 2018.
- KEHL, Maria Rita. **18 crônicas e mais algumas.** São Paulo: Boitempo, 2011.
- LACAN, Jacques. **O seminário: livro 18:** de um discurso que não fosse semblante. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., [1971] 2009.
- LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 20:** mais, ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1972-1973] 2008.
- METZGER, Clarissa. **A sublimação no ensino de Jacques Lacan:** um tratamento possível do gozo. São Paulo: Edusp, 2017.
- MIZUBAYASHI, Akira. *Une langue venue d'ailleurs.* Paris: Gallimard, 2010.
- MORIWAKI, Reishi; NAKATA, Michiyo. **História do Ensino da Língua Japonesa no Brasil.** Campinas, SP. Editora Unicamp, 2008
- NAKAGAWA, Hisayasu. **Introdução à cultura japonesa:** ensaio de antropologia recíproca. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- PARKER, Ian. **Japão em análise:** culturas do inconsciente. São Paulo: Benjamin Editorial, 2020.
- PRASSE, Jutta. O desejo das línguas estrangeiras. **Revista Internacional**, Rio de Janeiro, n. 1, Companhia de Freud Editora, p. 63-73, 1997.
- REVUZ, Christine. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do exílio. In: SIGNORINI, Inês. (Org.) **Língua(gem) e identidade.** 2. ed. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001. p. 213-230.
- ROBIN, Régine. **A memória saturada.** Campinas: Editora da Unicamp, 2017.
- SAFATLE, Vladimir. **Introdução a Jacques Lacan.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- SAFATLE, Vladimir. **Maneiras de transformar o mundo:** Lacan, política e emancipação. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2020.
- SAID, Edward. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- VALAS, Patrick. **As dimensões do gozo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001.

Recebido em 25 de junho de 2023
Aprovado em 31 de julho de 2023